



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003963-28.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**  
Requerente: **Ricardo Aparecido Alves ME**  
Requerido: **Valdemir Rodrigues da Rocha - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora cobra do réu quantia em dinheiro por serviços de construção de imóveis que lhe prestou.

Os documentos de fls. 11/34 respaldam satisfatoriamente as alegações do autor.

Cristalizam os contratos para a prestação dos serviços trazidos à colação, relativos à construção de duas casas, bem como a forma de seu pagamento.

Demonstram, outrossim, a realização parcial desses serviços.

Já o réu em contestação admitiu que uma das casas foi finalizada, ao passo que a outra estaria sendo feita com má qualidade, motivo pelo qual pediu para parar os serviços.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

O argumento de que a construção da primeira casa tocou ao irmão do representante da autora não merece crédito, seja porque nada foi coligido para ao menos conferir-lhe verossimilhança, seja porque o contrato em apreço se implementou entre o réu e a autora, circunscrevendo-se a ambos a relação jurídica firmada.

De igual modo, não prospera a alegação de que os serviços da segunda casa foram interrompidos por sua má qualidade à míngua de um indício sequer que a respaldasse.

As fotografias acostadas aos autos, ademais, não permitem estabelecer ideia nesse sentido.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

De um lado, a contratação dos serviços em apreço é incontroversa, a exemplo de sua consecução, ao passo que de outro não se positivou o correspondente pagamento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 13.500,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.  
P.R.I.

São Carlos, 04 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**